



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – PTdoB – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC – PSC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 3 – TRANSCRIÇÃO**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATAS**

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 15/3/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/3/2017

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputada Rosângela Reis, deputados e deputadas, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs que acompanham o Plenário da Assembleia Legislativa nesta tarde.

O governo do PT é um espanto. Conversava com os deputados Sargento Rodrigues e Léo Portela – e todos os dias temos trabalho, eles dão trabalho para a oposição todos os dias –, e ontem o deputado Sargento Rodrigues trouxe uma farta documentação sobre o avião da companhia aérea do PT que viaja vazio para todos os lados de Minas Gerais. E você, que está nos acompanhado pela TV Assembleia, paga a conta dos luxos do PT. Dizem que é o governo de todos, mas não, é o governo de alguns, porque só alguns podem pagar R\$500,00, R\$400,00 para andar nesse avião.

Hoje, impressionou-me outra decisão do governo do PT. Cada hora é uma surpresa, e o PT decide por portaria, nobre Prof. Sabino Fleury, que os licenciamentos ambientais serão feitos no âmbito dos municípios. Imaginem, já conhecemos essa história, conhecemos a história dos municípios. Esse é um equívoco da nossa Constituição, caro Prof. Pedro Chagas, porque não tratou das regiões, mas, sim, dos municípios. Por isso temos, a todo momento, algumas iniciativas, alguns empreendimentos, algumas obras que afetam toda uma região. Mas o PT, como disse ontem, com esse cheiro de mofo, essa coisa antiga, ultrapassada, entende que deve ser o município, sem nenhum entendimento com a região, que deve fazer os licenciamentos. Vamos pegar o exemplo de Belo Horizonte.

Hoje, em Belo Horizonte, 98% da água consumida vem dos municípios da região metropolitana. Em São Paulo a situação é mais grave, porque capta água do Município de Extrema, em Minas Gerais. Isso é mais grave ainda. Temos exemplos mundiais de água sendo buscada a 200km de uma cidade porque governos anteriores, há tempos, não se preocuparam em tratar das questões regionais. Preocupam-se apenas com o município, e aqui estamos diante de algo lamentável e perigoso. Temos uma experiência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é Nova Lima. O governo do PT em Nova Lima licenciou toda a divisa do referido município com Belo Horizonte.

Com isso, hoje há pessoas que moram do outro lado da divisa, mas que trabalham e têm toda sua atividade e demanda em Belo Horizonte. Todos conhecemos o gargalo, o drama que é o portal sul de Belo Horizonte. Sabemos que ninguém vai ou vem, com o trânsito parado. Mesmo assim, nos 13 anos do governo do PT em Brasília, nenhuma obra foi feita na confluência da BR-356 – a chamada Rodovia dos Inconfidentes, que liga Belo Horizonte, do Pontão, a Ouro Preto – com a BR-040, que liga Brasília ao Rio de Janeiro, feita por JK. Ali não foi feito absolutamente nada. O entendimento que se fez sobre o local foi por força do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da comunidade. Foi diligência das associações da região Sul de Belo Horizonte, capitaneadas por Ubirajara Pires Glória, Walmir Braga e outros líderes da região, que conseguiram impor, junto ao Ministério Público, uma multa

de R\$3.500.000,00 ao BH Shopping, de que o governador foi garoto-propaganda e para o qual liberou 900 vagas de estacionamento, sem pedir qualquer contrapartida. O que o BH Shopping fez ali foi apenas embelezar os jardins.

Mas todos reagimos com muita firmeza, como deve lembrar Pedro Chagas, que era da Comissão de Meio Ambiente. Ali estão os últimos 2% de captação de água de Belo Horizonte, no Manancial do Cercadinho, na Mata do Cercadinho, e conseguimos, por uma lei de autoria da deputada Lúcia Pacífico, apoiada por todos nós, fazer a Estação Ecológica do Cercadinho, que hoje protege aquela região. Também conseguimos que os R\$3.500.000,00 ficassem em depósito judicial. Depois, com tudo o que o PT liberou em Nova Lima, cujo prefeito era o Carlinhos, do PT, conseguimos que empreendedores do Vila da Serra e do Vale do Sereno fizessem a obra da trincheira e que o Leroy Merlin fizesse aquele túnel e aquela ligação que existe hoje. Foram as medidas compensatórias que conseguimos, com o apoio do Ministério Público, que determinou que o BH Shopping depositasse esse dinheiro e o restante fosse dado pelos empreendedores da Zona Sul.

Mas o mais impressionante é que Nova Lima fez um licenciamento municipal, sem levar em consideração Belo Horizonte e os outros municípios; promoveu um adensamento populacional na divisa das duas cidades, mas não pensou nas obras e na mobilidade. E lutamos para impedir outros empreendimentos, como o que o PT aprovou em Nova Lima, no restaurante Rancho da Serra, que era uma área de mineração da Mannesmann. Ali seriam construídos 9 prédios, 9 torres, e já tinham sido liberadas por Pimentel, em Belo Horizonte, 13 torres de apartamentos entre o BH Shopping e o Hospital Biocor, quando conseguimos aprovar a Estação Ecológica do Cercadinho, impedindo o empreendimento.

Quero aproveitar o exemplo do Rancho da Serra, o restaurante vendido para a construção de 9 torres, na divisa de Belo Horizonte com Nova Lima, para lembrar que apresentei um requerimento à Secretaria de Meio Ambiente do Estado, indagando quem poderia licenciar – se o Município de Nova Lima, o Município de Belo Horizonte ou o Estado –, já que o empreendimento era na divisa dos dois municípios. Então, a Secretaria de Meio Ambiente perguntou a Nova Lima se a descarga de esgoto se daria para Belo Horizonte ou para Nova Lima. Se a descarga fosse para Nova Lima, ela atingiria o Manancial do Mutuca, que é fundamental para o abastecimento de água potável de Belo Horizonte.

O portal sul de Belo Horizonte é responsável pela maioria do abastecimento de Belo Horizonte e Rio Acima, com os sistemas Rio das Velhas e Mutuca, que são fundamentais. Se Nova Lima respondesse que era Nova Lima, atingiria o Manancial do Mutuca. Aí responderam que era Belo Horizonte.

Querido Prof. Pedro Chagas, se é para outro município a descarga, o licenciamento ambiental é estadual. Mas agora vemos aqui, nas páginas, aquele mesmo esforço do PT em Nova Lima, que trouxe toda essa situação que fez com que a mobilidade hoje fosse impraticável no portal sul de Belo Horizonte; querem impô-lo para Minas Gerais. Imaginem: um município, sem levar em consideração absolutamente nada, licenciará grandes empreendimentos.

Lembro-me de um amigo que fez um laticínio num determinado município. O município vizinho, que fica na divisa, licenciou uma descarga de carvão próxima ao laticínio dele. Perguntei-lhe: “E agora?”. Respondeu-me: “Agora estou vendendo quibe. Não vendo mais queijo. Depois que toda a fuligem do carvão vem para o laticínio que construí e em que investi, como empreendimento, agora não vendo queijo, mas quibe”.

Tem coisa mais antiga do que o governo do PT? Tem coisa que cheira mais mofo? Tem coisa mais ultrapassada do que retornarmos ao tempo de termos uma visão só municipal e não regional? Para uma cidade como Belo Horizonte, por exemplo, que tem a liberação do lixo, hoje, em Sabará? Não comporta mais em Belo Horizonte já que o Morro das Pedras ficou inviável. Lá tivemos vários acidentes por causa do lixo que foi depositado durante anos no Morro das Pedras. Ou, senão, o Pindorama, na BR-040, onde vimos a base daquele talvez se erguer, correndo risco de termos um desabamento e uma catástrofe com aquela população do Bairro Pindorama e de toda a região. É lamentável que voltemos no tempo e não tenhamos um sentido de planejamento.



É isso que vimos durante anos: o PT, na oposição na Assembleia Legislativa, caçoando e rindo do choque de gestão, de termos gestão no Estado de Minas Gerais, de acompanharmos cada questão e termos o entendimento para os grandes empreendimentos. Então, chega o PT com a grande novidade: licenciamento agora se dá no município. Como se dá no município se a água está no outro município e a descarga do desgosto vai para outro? O entendimento tem de ser regional, assim como o licenciamento.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado João Leite. É um governo cheio de mentiras. Cada dia é uma mentira nova. São várias novidades e, infelizmente, todas elas mentirosas, porque esse é um governo iníquo, um governo de iniquidade, que ama a mentira. E o que é iniquidade? É aquele ato que, cometido várias vezes, passa à normalidade. Então, se a mentira é praticada várias vezes pelo mesmo governo, torna-o iníquo. É um governo que não teme mais mentir, que mente na cara lavada sem se preocupar com as consequências. Por que mente? Porque não tem condições de cumprir as promessas que fez para o povo mineiro.

Vejam bem as últimas mentiras. V. Exa. viu, deputado João Leite, ontem, a manifestação dos professores na Assembleia. Os professores decretaram greve a partir do dia 15. Quem diria: greve de professores no governo do PT, mas não era o governo que ouve para governar? Não estão ouvindo os professores. Por causa disso, eles têm de decretar greve. A greve é um instrumento extremo. Quando não existe mais conversa você parte para a greve.

O governo não escuta. Dessa forma, decreta-se greve. E por que a greve? Greve porque Pimentel mentiu, não cumpriu os acordos estipulados com os professores, não paga o piso deles nem o retroativo. Olhe só, João Leite. Quem diria, deputado? O PT fazendo esse tipo de maldade com os professores, categoria que foi a maior responsável pela eleição do governador Fernando “Pimentel”, que mais uma vez mentiu e também não paga o adicional de valorização do ensino básico. Mais uma mentira, pois ficou de pagar, mas não paga.

Outra mentira: prometeu que descongelaria a carreira dos professores. Que mentira! Não fez até hoje, e por causa disso a categoria está decretando greve a partir do dia 15. É um governo de mentiras, é um governo de iniquidade, é um governo que ama a iniquidade, é um governo que tem de acabar de vez, que tem de sair de vez. Minas Gerais não merece tantas mentiras, Minas Gerais não merece um governo de iniquidade. Pague o piso, Pimentel!

Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Agradeço a sua contribuição. Espero que isso não seja verdade porque ouvimos repetidas vezes neste Plenário o acordo histórico. Este é um traço impressionante do PT: repetir mil vezes a mesma coisa. Já ouvi falar que o acordo histórico foi feito e não consigo acreditar que não tenha sido feito porque falaram tanto disso. Não estou acreditando no que você está falando, deputado Léo Portela, de tanto que ouvi aqui: “Acordo histórico, os professores foram atendidos”. Pois é. E agora vemos essa situação. Espero que não seja verdade, que não haja greve, afinal, ela prejudica os alunos. Vimos uma greve de 100 dias que eles fizeram aqui e também na Bahia, em um governo do PT. E já estamos há mais de dois anos sem nenhuma greve.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que aqui novamente está se decretando a morte do Parlamento. Sempre que ocorre uma decisão como essa por decreto, por normativas... Olhem, a Assembleia se debruçou, trabalhou em um código florestal que trata da questão ambiental do Estado, e vem o PT, por uma deliberação normativa, determinar como vai ser o licenciamento no Estado? Ora, temos de reagir! O Parlamento tem de reagir contra esse traço autoritário do PT, que quer impor a sua vontade. Mas a sua vontade não é melhor para os municípios, nem para as regiões nem para o Estado. O melhor é ouvir as pessoas, mas eles não estão ouvindo. O melhor é ouvir o Parlamento, mas eles desconhecem o Parlamento de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



O deputado André Quintão* – Presidente, deputados, deputadas, telespectadores, originalmente trataria nesta tribuna de eventos importantes que vão acontecer amanhã, no Vale do Jequitinhonha, relacionados à política de assistência social. Em Almenara e em Águas Formosas, teremos a inauguração dos dois primeiros centros de referência especializados em assistência social geridos diretamente pelo governo do Estado. São os Creas regionais. Temos um plano de estadualização, que, inclusive, iniciou-se com a minha chegada à secretaria, porque, até então, não havia nenhum centro de referência especializado em assistência social gerido pelo governo do Estado. A meta é implantar 17, um em cada Território de Desenvolvimento. Amanhã teremos a inauguração desses dois primeiros.

Aliás, queria até concordar, deputado Douglas Melo, com o deputado João Leite. O governo está dando muito trabalho de agenda para os deputados. Há inauguração todos os dias, entrega de políticas públicas, lançamento de programas. Nesta semana já tivemos os caminhões isotérmicos para os municípios, os *kits* feiras para a agricultura familiar. Amanhã teremos um programa da Cemig, também lançado em Almenara, os Creas regionais, as viaturas.

O deputado Douglas Melo (em aparte)* – Obrigado, deputado. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando aqui na Assembleia. Deputado André Quintão, V. Exa. falou sobre um ponto muito importante, que é a situação das viaturas no Estado de Minas Gerais. Venho de uma região que vem sofrendo há anos com o descaso, o abandono e a precariedade com que as polícias se deparam para trabalhar, tanto a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil. Mas agora, no último mês, houve uma surpresa muito agradável e um reconhecimento para a cidade de Sete Lagoas e as cidades vizinhas, quando recebemos, só para Sete Lagoas, 27 viaturas terceirizadas.

O que isso representa para a cidade de Sete Lagoas? Há quatro anos e meio Sete Lagoas recebeu do governo do Estado cinco viaturas – uma cidade de 250 mil habitantes que chegou a ocupar o posto, que é ruim, de 4ª cidade mais violenta do Estado. E agora, só em uma remessa, consegue 27 viaturas. Inclusive, aqui e agora, já faço até justiça e agradeço tanto ao governo de Minas, como também ao nosso amigo Cel. André Leão, que tanto vem nos ajudando, e também ao comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Helbert.

Certo é que há ainda um longo caminho pela frente, mas essas viaturas terceirizadas são um reconhecimento ao que a polícia de Minas representa e ao que o povo de Minas realmente merece, que é uma polícia bem equipada, trabalhando e conseguindo ocupar mais espaços e dando mais trabalho para o bandido. Prova disso é que hoje todas as cidades que pertencem ao 25º Batalhão da Polícia Militar de Sete Lagoas agora, enfim, têm o seu comando da Polícia Militar, que é a 19ª Região Integrada de Segurança Pública, instalada no ano passado pelo governador Fernando Pimentel. Todas essas cidades têm uma viatura com um xadrez. Ou seja, há pouco tempo a polícia prendia um indivíduo em Santana de Pirapama, a 70km de Sete Lagoas, e vinha com esse indivíduo dentro do carro porque não havia nenhuma viatura com xadrez. Isso era muito ruim para o policial, e, é claro, tudo que é ruim para a polícia representa mais insegurança para o cidadão.

Mas, deputado André Quintão, quero é ratificar o que o senhor já vinha dizendo no início do seu discurso, na sua fala. Acho que temos de, pelo menos no que tange a viaturas terceirizadas, comemorar muito, porque, quando as nossas polícias estão mais equipadas, estão mais fortes, o povo mineiro está mais seguro. E esse contrato que foi feito agora, na terceirização das viaturas, é diferente daquele que foi realizado há alguns anos, porque naquela época pagavam-se R\$3.000,00 por um veículo muito fraco, que não suportava andar principalmente em locais mais acidentados. Neste contrato agora, se a viatura terceirizada não tiver conserto em 24 horas, a empresa a substituirá. E, no prazo de três anos, a empresa é obrigada a substituir a viatura.

Então agradecemos esse reconhecimento para a região de Sete Lagoas. Todo o Estado de Minas Gerais vem recebendo essa cobertura de viaturas terceirizadas. Acredito muito que o valor das nossas polícias está, como sempre, na valorização salarial, mas também em uma estrutura digna. Porque, enquanto o crime estiver sendo armado, temos de armar ainda mais as nossas polícias e equipá-las melhor. Obrigado, deputado.

O deputado André Quintão* – Muito obrigado, deputado Douglas Melo. Como iniciei, vou deixar para uma outra oportunidade essa discussão sobre a política de assistência, porque foram mencionados dois assuntos aqui que, até em nome da verdade, em nome do esclarecimento ao telespectador, sinto-me na obrigação de abordar. Haverá uma greve nacional, deputado Léo Portela, contra a reforma da previdência. Essa é uma greve convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Então esse é um ponto central, é o ponto prioritário de uma greve nacional.

Aqui, em Minas, houve, sim, uma deliberação da assembleia geral dos professores, que está negociando o envio do projeto que atualiza o piso. Isso é importante também. Não é o caso do deputado Léo Portela, mas alguns deputados que acompanharam as legislaturas anteriores viram greves sucessivas em função de o governo de Minas Gerais não pagar o piso nacional do magistério. Foi inclusive esta legislatura, com o governador Fernando Pimentel, que aprovou e sancionou a lei do piso. Só que o piso do magistério sofre atualizações anuais nacionais. É isso que está sendo discutido. Então o governo está pagando o piso, e, com a atualização nacional, há necessidade de a Assembleia de Minas aprovar essa atualização no âmbito do Estado.

Só que hoje o Estado já está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e há uma interrogação, inclusive de natureza jurídica, sobre se é possível essa atualização. Mas o compromisso do pagamento do piso é inarredável. Aliás, nesta Assembleia, foi comunicada a intenção do governador de chamar mais concursados, buscando equilibrar, estabilizar e colaborar com uma política mais estável de educação, inclusive com abertura de novo concurso. Então causa-me estranheza que essa relação com o magistério, com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação, seja feita por aqueles que apoiaram o governo que não assumiu o pagamento do piso. É isso que quero entender. O governo Pimentel aprova o piso, e vêm os deputados que eram contra o piso cobrar agora a atualização imediata. Que bom! Também queremos essa atualização e esperamos que o caminho jurídico seja nesse sentido.

A outra questão diz respeito a essa polêmica dos voos regionais. Ora, não se trata de estatização, até porque o governo não criou uma empresa de aviação. Então não é o caso, não podemos vir aqui e falar em estatização, em voos de luxo do PT. Olhem, temos de tratar a questão como política pública e de maneira pedagógica. Pode-se até concordar ou não com a estratégia da Codemig de estimular os voos regionais, isso é outra coisa. Se a gente menciona a sigla, o telespectador, às vezes, pode não entender. Codemig é Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, e não companhia de obras. Em governos anteriores, ela pegava o recurso para fazer obra, fora até da sua área de atuação. Hoje a Codemig tem o foco no desenvolvimento econômico. Sabemos que a integração por meio de voos regionais é importante, inclusive para atrair investimentos, empreendimentos, universidades, além de facilitar a locomoção do cidadão e da cidadã que têm condição de usar o voo regional. Não é só deputado, não. Foi dito aqui que é só deputado, que é voo para deputado. Isso leva a população a achar que esses voos foram criados para os deputados. Isso é um equívoco e depõe inclusive contra a Assembleia Legislativa.

O preço desses voos compara-se aos da aviação regional das grandes companhias, aliás pouquíssimos, que operam hoje: voos para Montes Claros, Governador Valadares e Ipatinga, por exemplo. Portanto, não há essa discrepância. Contudo, se a tentativa de estimular a aviação regional ainda não tem a escala que lhe garanta sustentabilidade econômica, cabe à Codemig e também à Assembleia propor alternativas, vinculando rotas, alterando horários. Mas se se chegar ao entendimento de que, de fato, não há caminho para a aviação regional em Minas Gerais, iremos rediscutir o programa. Não se deve tratar o assunto aqui como uma mordomia, um desperdício. É uma tentativa de indução do desenvolvimento econômico. Qual é o deputado que mora ou é de região mais distante, não coberta por aviação regional, e não teve essa demanda colocada em seu gabinete, por pessoas que devem usar o voo regional, perguntando por que esse voo não existe?

Ontem o deputado Bosco mencionou: “Como vamos desenvolver o turismo em Minas Gerais se locais que atraem o público nacional não têm voo regional? Vamos exigir do turista que vem de outro país, de outro estado, que se desloque por 8, 10 horas de carro ou ônibus? Como vamos diversificar a economia mineira para que ela saia da armadilha das *commodities* do minério de ferro e do café, sem agregação de valor?”



Como a gente vai criar os polos regionais de desenvolvimento? Não é justo que regiões que hoje não têm um PIB *per capita* mais alto não o sejam e não tenham a oportunidade de ter voos regionais. Por que uma cidade como Teófilo Otôni... É pecado colocar o direito para aqueles que querem se deslocar de avião até o Mucuri, ou o Jequitinhonha ou o Noroeste de Minas? Por que essa birra com os voos regionais? Se esse modelo apresentado pela Codemig não é o mais adequado, que se apresente outro, mas que não se coloque como se fosse uma empresa estatal ou luxo do PT. Não. Isso é uma estratégia de governo, por meio da companhia de desenvolvimento que recebe recursos para estimular o desenvolvimento, de diversificar a economia e fortalecer polo regional de desenvolvimento. Uma das estratégias do governo Pimentel é exatamente o desenvolvimento territorializado e sustentável, com distribuição de renda e justiça social.

Então queremos, sim, fazer uma análise desse programa, mas não condená-lo de maneira artificial, para não falar outra palavra. Se o subsídio hoje é alto, será que os deputados fizeram uma reflexão sobre se esse caminho é o que não deve ser trilhado? Existe outro caminho ou não? Vamos condenar as regiões mais distantes, que ficam a 700km, 800km de Belo Horizonte, a não ter nenhuma ligação aérea? Acho que esse é o debate colocado.

O deputado Geraldo Pimenta (em aparte)* – Deputado André, também quero expressar a minha preocupação com o turismo do Brasil e de Minas. Enquanto 20 milhões de brasileiros visitam os Estados Unidos e a Europa, 7 milhões de estrangeiros visitam e curtem o Brasil. Então há uma defasagem muito grande no turismo. E o Brasil, principalmente Minas Gerais, tem um potencial muito grande para o turismo, um patrimônio artístico e cultural, manifestações culturais e artísticas e um patrimônio ambiental extenso. Por isso Minas é um estado aberto ao turismo. E, como V. Exa. mesmo disse, *commodities*, como o minério e o café, mostram certa instabilidade, portanto o turismo é a nossa saída, é a vocação de Minas Gerais.

Uma das grandes questões sentidas hoje pelos turistas do mundo todo em relação ao Brasil e a Minas Gerais é a falta de voos regionais. Então, quando a Codemig implanta esses voos regionais, ela atende uma demanda crônica, antiga, de garantir o acesso dos turistas aos vários cantos de Minas Gerais.

Betim mesmo ousa mais, pois não quer só voo regional, mas um aeroporto, presidente. O prefeito Vittorio Mediolí está empenhado em criar um aeroporto em Betim também. Por quê? Porque isso é desenvolvimento. O empresário de São Paulo que chega a Confins leva 1, 2 horas para chegar a Betim. Com o aeroporto, com voo regional, chegará muito mais rápido.

Por isso, mestre André, a gente continua defendendo o desenvolvimento de Minas. E os voos regionais são fundamentais para o turismo, para mostrarmos ao mundo as belezas de Minas. Obrigado.

O deputado André Quintão* – Obrigado, deputado Pimenta. Verifico, Sr. Presidente, que não há quórum, mas, como há deputados inscritos, e um desses é um parlamentar democrático, e os deputados que me sucederão também sempre têm a gentileza de concessão de aparte, encerro aqui meu pronunciamento, sem precisar solicitar a interrupção da reunião.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, ontem ocupei esta tribuna, deputados João Leite e Léo Portela, para fazer uma grave denúncia: o governo de Minas, através da Codemig, uma empresa pública, estava subsidiando a integração regional. Muito bonzinho o governo, deputado Léo, e eu estranhava o porquê de tanta bondade com a Two Táxi Aéreo, ilustre presidente Dalmo, que recebia R\$2.500.000,00, subsidiando mais de R\$3.000.000,00 de faturamento; eu estranhava por que o governo estava tomando prejuízo, deputado Dalmo. O número era precisamente R\$2.455.000,00, e, ao fazermos algumas pesquisas e buscarmos informações mais seguras, chegamos a uma denúncia, deputado André Quintão, gravíssima, motivo pelo qual eu e o deputado João Leite vamos iniciar a coleta de assinaturas para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito nesta Casa. E por qual motivo?



Temos aqui uma matéria: “Lobista emprestou o jatinho 113 vezes a José Dirceu”. Nessa matéria, que é de 26/1/2016, grifei o seguinte: “Neste caso eram fraudados contratos de fretamento de aeronaves com a Flex Aero Taxi Aéreo Ltda., com faturamento a custos reduzidos, para que parte do valor real do serviço pudesse ser embolsado como propina”.

Observamos outra matéria da *Veja*: “Delator da Operação Lava Jato, Júlio Camargo já havia admitido que Dirceu utilizava suas aeronaves. Segundo investigadores do petrolão, uma das formas de o petista receber dinheiro sujo do esquema de corrupção da Petrobras era por meio de pagamento de despesas de voos fretados, custeados pelo lobista Milton Pascowitch. Nesse caso, eram fraudados contratos de fretamento com a Flex Aero Taxi Aéreo Ltda., com faturamento a custos reduzidos, para que parte do valor real do serviço pudesse ser embolsado como propina”.

Mais adiante, buscamos outra matéria, publicada no dia 18/4/2013. Nesta aqui, deputados João Leite e Léo Portela, senhoras, senhores, cidadãos que estão nos ouvindo neste momento – pasmem –, descobrimos o motivo de tanta boa vontade do governo de Minas ao pegar a empresa do governo, a Codemig, para subsidiar voos. A razão era o pagamento de dívidas daqueles que estavam pagando propina e socorrendo José Dirceu e tantos outros membros do PT.

Aqui temos a seguinte notícia da *Aero Magazine*: “Pequena gigante. Consolidação da Two com a Flex Aero”. A empresa que fraudava contratos para José Dirceu fundiu-se com a Two, e, aí, novamente, fizemos outros levantamentos do capital social. Estamos aqui com o capital social, em que fundiram-se a Flex Táxi Aéreo e a Two, em 2013. E, aí, o Fernando Pimentel, do PT, disputa eleição naquelas condições que todos nós já conhecemos, depois da delação premiada do Bené. Com dinheiro de propinas, bancou sua campanha e ganhou a eleição, e aqui descobrimos, por meio do contrato social, deputado André Quintão, depois que as duas empresas foram fundidas, a Two e a Flex Aero, que são as mesmas empresas que hoje o governo está subsidiando. É muito grave essa história da Codemig.

O governo estava muito bonzinho ao subsidiar essas passagens; por qual motivo? Um governo que fala que está quebrado, um governo que fala que herdou uma dívida de R\$7.000.000.000,00, como diziam os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, ao se revezaram na tribuna, em janeiro de 2015.

E aí os demais líderes encampam e repetiram a mentira mil vezes até ela virar verdade. Agora estamos descobrindo por que tanta bondade da Codemig com a Two, a mesma empresa que em 2013 fundiu-se com a Flex Táxi Aéreo, empresa envolvida em fraudes de contrato, deputado Léo Portela. O José Dirceu voou 113 vezes. Vou repetir: 113 vezes. Por que 13, não é, deputado Léo Portela? Lembra alguma coisa do Partido dos Trabalhadores, do partido do governador Fernando Pimentel, tão bonzinho com a Two, a mesma Flex Táxi Aéreo? As duas empresas foram fundidas, deputado André Quintão. O contrato social está aqui. Se V. Exa. quiser uma cópia, podemos fornecê-la. Há tanta bondade no governo de Minas ao torrar, jogar pelo ralo R\$2.455.000,00, subsidiando passagens. “Ah, não, porque o contrato prevê que, se o avião não sair do solo, não voar, o governo, através da Codemig, terá de pagar.” Isso é muito grave, deputado Léo Portela. É dinheiro público sendo colocado em empresas por meio da Codemig, para pagar dívida do PT, para pagar inclusive dívidas, maracutaias e rolos do José Dirceu e de outros símbolos expoentes do Partido dos Trabalhadores. Essa é a verdade sobre a integração regional, tão falada e vendida pelo governo Fernando Pimentel. Mas agora nós descobrimos por que tanta bondade.

Deputado Léo Portela, quero dizer que não existe tanta surpresa nisso, porque havia bondade demais ali. É muita bondade! Então, não há outro mecanismo a não ser que a base do governo não queira esclarecer isso numa comissão parlamentar de inquérito, a não ser que o governo do PT não queira esclarecer a verdade para a população de Minas Gerais. Por que está subsidiando R\$2.500.000,00? Agora nós sabemos. É por causa do rastro deixado na investigação deflagrada pela famosa Operação Pixuleco, a 17ª fase da Operação Lava Jato. Vejam aonde ela foi parar! Na Flex Táxi Aéreo, fundida com a Two.

Agora a nova empresa fez uma parceria com a Codemig, que só rende lucros. É a mesma empresa que ajudava a fraudar contratos para subsidiar o bolso de José Dirceu de propina. Aliás, ele acabou sendo condenado ontem a mais de 11 anos de prisão.



Algumas pessoas aqui achavam que ele sairia rápido. É o coordenador do plano de combate à corrupção e ética do governo Lula. O coordenador da ética e do combate à corrupção era o José Dirceu, deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado. Não dava para entender mesmo o fato de o PT criar uma empresa aérea. Depois o deputado Léo Portela vai falar. Não temos outro caminho.

Aproveito a oportunidade para falar que eu estava dando entrevista ao jornal *Hoje em Dia* agora. Ontem eu usei a tribuna – o deputado Sargento Rodrigues estava presente – e homenageei a minha neta que acabou de nascer – eu estava tão feliz com esse nascimento –, a delegada Ana Maria, do 2º Departamento, e também a deputada Geisa Teixeira. Disse que ela foi muito bem na condução dos trabalhos. Ela estava calada e de repente tomou uma decisão firme.

Alguém vai na rede social, edita e coloca que eu disse que ela é uma deputada calada e que a mulher tem de ficar silenciada, calada na Assembleia Legislativa.

Entrevistou-me agora o jornalista do *Hoje em Dia*. Disse a ele: vocês estão falando com um deputado de seis mandatos. Sempre combati a violência contra as mulheres.

O deputado Sargento Rodrigues* – Qual foi o meio de comunicação, deputado João Leite?

O deputado João Leite (em aparte)* – Está no *Hoje em Dia* e está no *Uai* agora. Eles editaram a minha fala ontem. Não sei quem a editou. As redes sociais são um avanço tecnológico, mas a coisa mais triste que há no submundo, na “esgotosfera” das redes sociais é querer destruir a reputação das pessoas. É muito triste. Falei com o jornalista que lamentava. Sempre respeitei a imprensa e as pessoas. Agora, veículo de informação pegar algo na internet, editado, e publicar como se fosse uma verdade é lamentável. Sou pai de quatro mulheres, duas netas, duas filhas, casado há 38 anos com uma mulher que foi capitã da seleção brasileira de voleibol. Minha mãe está viva e me acompanhando. Minas Gerais me conhece. Não é possível destruir uma reputação dessa maneira. Tomarei as medidas para descobrir quem fez isso. O deputado Dalmo Ribeiro estava aqui ontem, e todos conhecem a minha atitude não apenas com as mulheres, mas com todas as pessoas. Lamento.

Creio que o deputado Léo Portela tem a melhor proposta. Vou acompanhar para que possamos retomar o dinheiro dos mineiros que, lamentavelmente, deputado Sargento Rodrigues, está sendo drenado para uma empresa. Agora descobrimos que ela faz parte da mutreta, do roubo daqueles 13 anos do governo do PT, investigado pela Lava Jato. Essa empresa servia aos coronéis, ao Sr. José Dirceu, ao Sr. Pimentel. Minas Gerais está pagando a conta desses voos no valor de R\$600,00, R\$500,00 de uma empresa investigada na Lava Jato.

Parabéns, deputado Sargento Rodrigues. Sabia que V. Exa. tinha sido um grande policial, achava que sua atuação era somente ostensiva, mas é um grande investigador também e achou a mutreta, achou novamente o crime do PT.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Só retomando, deputado Sargento Rodrigues, vou reiterar aqui que acredito que essas questões devem ser tratadas no âmbito da política pública. Estamos tratando aqui da importância dos voos regionais como uma estratégia de desenvolvimento territorializado em Minas. V. Exa. faz uma conexão com uma empresa que não é do meu conhecimento.

Mesmo se fosse, seria a mesma coisa de este deputado aqui dizer sobre a Codemig. O senhor falou de R\$2.000.000,00. A Codemig gastou R\$2.000.000.000,00 com a Cidade Administrativa, inclusive com empresas que, salvo engano, estão sendo mencionadas nessas operações. Imagine se for tratar da conveniência ou não da construção da Cidade Administrativa pelo foco de empresas envolvidas em operações. Então, acho que esse caminho é muito perigoso. Sinceramente, não gostaria que caminássemos com esse tipo de debate. V. Exa. tem toda a liberdade de propor, dentro do Regimento, o que quiser e o que puder, mas acho equivocada reduzir uma discussão dessa, com ilação, com conexões, sem fundamentos concretos. É a mesma coisa de compararmos o investimento da Codemig de R\$2.000.000.000,00 com um outro objetivo.



Então, registro aqui isso. Não vi ainda o debate, a alternativa apontada pela oposição de como promover a aviação regional em Minas Gerais com sustentabilidade econômica.

Gostaria também de saber, sem ditar, cada um fala o que quiser e tem liberdade, mas, como deputado e preocupado com o cidadão que quer se deslocar de Belo Horizonte até o Mucuri, qual a alternativa que a oposição propõe, independentemente dessa empresa.

O deputado Sargento Rodrigues* – Ilustre deputado André Quintão, com absoluta tranquilidade concedi aparte a V. Exa., que falou em política pública. Em vez de gastar R\$2.500.000,00 subsidiando uma empresa, tenho certeza de que com esse valor fazemos política pública, como na merenda escolar, no pagamento básico e tantas outras. V. Exa. disse que está preocupado com a integração regional, em sair de Belo Horizonte e levar um cidadão até o Vale do Jequitinhonha, a Araçuaí, a Itaobim, Pedra Azul, que tanto eu como você conhecemos muito bem. Mas tanto eu quanto V. Exa. conhecemos de carro, até porque não nascemos em berço de ouro. Esses R\$2.500.000,00 podem ser utilizados no Vale do Jequitinhonha, deputado, na construção de moradias populares, fazendo merenda escolar com qualidade. A denúncia é muito grave. Se V. Exa. der uma passeada nos arts. 73 a 76 da Constituição do Estado, verá que é dever...

É muito importante que eu faça a leitura do § 1º do art. 73. Como deputado sério e honrado que é – tenho satisfação de falar isso –, irá entender. Pena que V. Exa. está defendendo um governo que não tem essa credibilidade. V. Exa. é deputado sério, honrado e trabalhador. Mas já não posso dizer a mesma coisa do homem que hoje se senta na cadeira de governador e que não governará por muito tempo, até porque está enrolado até o pescoço na Operação Acrônimo.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, vou ler o § 1º do art. 73. Deputado André Quintão, o *caput* do artigo nos inclina – a mim, a V. Exa. ao deputado Léo Portela, ao deputado João Leite e ao deputado Geraldo Pimenta – a cumprir o que nos foi confiado nas urnas. Art. 73, *caput*: “A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz”. Deputado André Quintão, ser eficaz na administração pública é não torrar dinheiro público, é não pegar R\$2.500.000,00 e entregar para uma empresa que fazia treta, fazia rolo de propina com o José Dirceu. Foi isso que descobrimos. Deputado André Quintão. O § 1º diz o seguinte, aliás, o § 2º: “É direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informada de ato, fato ou omissão, imputáveis a órgão, agente político, servidor público ou empregado público e de que tenham resultado ou possam resultar: I – ofensa à moralidade administrativa (...)” – está aqui, deputado André Quintão – “(...), ao patrimônio público (...)” – está aqui, deputado André Quintão – “e aos demais interesses legítimos, coletivos e difusos”. Ou seja, é nosso dever. O direito de petição dá a qualquer cidadão direito de cobrar não só dos deputados, mas também do governador.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputado Léo Portela e deputado João Leite, quero encerrar dizendo que, sem prejuízo da iniciativa da coleta da CPI da Two e da Codemig – dessa maracutaia, desse rolo –, podemos propor uma ação popular independente. Para a ação popular, o cidadão apresenta apenas o título de eleitor, que é o documento essencial para a propositura dessa ação. Este governo não pode continuar jogando R\$2.500.000,00 no lixo, pagando esquema de rolo de propina que nasceu lá com o José Dirceu. Não vamos aceitar isso. Vamos fiscalizar e exercer o controle dos atos do Executivo. Esse é o nosso papel, deputado André Quintão. Vou levar a CPI para ver se V. Exa., que é líder do bloco, pode assinar e dar esclarecimentos ao cidadão. O cidadão tem direito de saber desse rolo, dessa maracutaia. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela* – Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero parabenizar o deputado Sargento Rodrigues pela coragem e pela intrepidez que lhe são características. Ele é um homem que tem paixão pelo debate e pela coisa pública, é um homem que investigou a fundo os detalhes dessas ligações, no mínimo, questionáveis entre a Two-Flex e o governo de Minas.



Existe uma expressão em inglês que, na tradução para o português, diz o seguinte: “Não existe almoço grátis.” No mundo econômico, isso quer dizer que, mesmo que você não pague, existe um terceiro que está pagando por aquele negócio. Quero dizer a vocês, cidadãos e cidadãs que nos assistem pela TV Assembleia: a conta disso está saindo do seu bolso, a conta desse subsídio que o governo está concedendo, nessa relação questionável com as empresas de táxi-aéreo, sai do seu bolso. Não existe almoço grátis, alguém está pagando pela farra com o dinheiro público em Minas Gerais.

Outro dia eu questionava alguns amigos antigos que tenho – alguns deles são pastores, alguns engenheiros e sempre conversamos por grupos do WhatsApp. Analisávamos juntos as contas e não entendíamos: uma empresa participa de um programa que é deficitário, num governo que diz que está quebrado, um governo que decreta estado de calamidade financeira em Minas Gerais, um governo que traz essa novidade jurídica para o Estado. Nenhum texto legal reconhece a modalidade “calamidade financeira”. Mas ela existe, certamente, na cartilha do PT, e eles seguem direitinho. Calamidade financeira em Minas Gerais. Este estado não tem condições de arcar com as contas, não tem condições de pagar suas dívidas, mas tem condições de arcar com um programa deficitário para táxi-aéreo – olhem só –, num cenário de caos econômico, num cenário de caos administrativo, num cenário em que os salários são parcelados em Minas Gerais. Essa é uma discussão que deve ser analisada com uma lupa muito criteriosa, com um olhar demorado. Não podemos deixar passar batido um questionamento com provas, com ligações tão robustas.

Uma empresa investigada pela Operação Lava Jato, que, no seu *modus operandi* de relacionamento com um dos maiores expoentes do PT, o José Dirceu, agia pagando a propina por meio de viagens aéreas – foram 113 viagens pagas. De repente, como num passe de mágica, essa empresa se funde a outra e vem para Minas Gerais. Ora, hoje a maior trincheira do PT: Minas Gerais, infelizmente, tornou-se a grande trincheira desse partido. O PT tem que aproveitar que tem a caneta neste estado e tem que pagar seus compromissos, suas dívidas. Como uma campanha tinha tanto dinheiro, como víamos na campanha de Fernando? Está aí. Então, começamos a questionar.

É função do Legislativo fiscalizar e legislar. Deputado João Leite, estamos aqui hoje exercendo nosso papel democrático de fiscalizar. Se a CPI é o caminho legítimo para a fiscalização desse relacionamento, que ela seja instaurada. Quem tem medo de investigar? Por que não investigarmos num cenário de calamidade financeira? Estamos pagando com o dinheiro do nosso bolso um programa deficitário para alegrar, para deixar felizes os que participavam de relacionamentos espúrios com o PT, desde 2013, com José Dirceu. Ora, é mais uma conta para o lombo do povo mineiro.

Você que nos assiste de casa deve saber que não existe dinheiro para o combate às drogas em Minas Gerais. Não existe dinheiro para o pagamento dos convênios com as comunidades terapêuticas neste estado. Não existe dinheiro para o pagamento em dia dos salários dos servidores públicos; não existe dinheiro para o cumprimento do acordo histórico com os professores, assinado em 2015 e até hoje não cumprido.

Inclusive tenho que trazer esse tema à baila, deputado André Quintão. V. Exa., realmente, é um deputado do bem – quero dizer isso de público. V. Exa. é um deputado que tem uma história política honrada, de luta, de seriedade. Infelizmente, está do lado de lá, mas é um homem de bem.

O deputado levantou a questão da greve nacional dos professores. É verdade, existe o chamamento nacional de greve em virtude da reforma da previdência. Ontem, foi divulgado um vídeo da maior representante do Sind-UTE, ao lado do deputado Rogério Correia, dizendo que, em primeiro plano, os motivos da greve são outros ligados ao não cumprimento do acordo histórico com os professores, e, em segundo plano, está o Fora Temer e a reforma da previdência. Então, não existe dinheiro para o pagamento do acordo histórico com os professores, mas existe dinheiro para o pagamento dos acordos espúrios de campanha. Isso aí tem, isso não falta.

Qualquer pessoa com senso crítico mínimo, que pega as contas do governo, analisa criteriosamente esse programa de aviação regional... Precisamos, sim, de aviação regional, porque Minas Gerais é um estado muito grande, de dimensões continentais.



Precisamos de um deslocamento mais eficiente, mais eficaz, que traga desenvolvimento para a nossa gente, mas isso não pode ser pano de fundo para acobertar as relações espúrias, advindas do relacionamento do partido que está no governo com as empresas de táxi-aéreo que fazem parte desse programa.

A busca pelo desenvolvimento regional não é salvo-conduto para a prática de ilícitos. Não é salvo-conduto. Se a CPI é o caminho adequado para analisarmos com uma lupa criteriosa, com um olhar demorado, o relacionamento que existe entre o governo de Minas e essas empresas que têm relação também com o petista expoente nacional, José Dirceu, temos de exercer o nosso direito constitucional de fiscalizar e nos aprofundar nesse assunto. É racional? É lógico? Existe logicidade no não pagamento dos professores, mas no pagamento do programa deficitário para irrigar os acordos feitos com empresas aéreas? Não existe lógica. A lógica que existe é a do pagamento de acordo. É a lógica de que não existe almoço grátis. Se você não está pagando, um terceiro o está. Se um programa não é lucrativo para Minas Gerais, quem paga a conta é o pai de família, a mãe de família, o contribuinte de Minas Gerais. Não podemos aceitar calados, porque quem aceita calado se conforma com a situação. Conformer-se com uma situação dessa é tomar a forma de quem pratica esse tipo de situação, esse tipo de atuação. Eu não me conformo; o deputado João Leite não se conforma; o deputado Sargento Rodrigues não se conforma; os deputados do bloco de oposição não se conformam. Tenho certeza de que os deputados de bem, que são maioria desta Casa, não se conformarão. Deputado João Leite, com muita honra, ofereço aparte a V. Exa.

O deputado João Leite (em aparte)* – Vendo V. Exa. transmitir sua mensagem à população de Minas Gerais, lembro-me de uma grande bandeira que empunhava, desde sempre, que é algo muito importante para a segurança pública: o tratamento dos usuários e dependentes de drogas, que lamentavelmente foi destruído no Estado de Minas Gerais.

Lembro-me, em 2003, da Comissão de Desenvolvimento Social e Esportes, quando era secretário na Subsecretaria de Política sobre Drogas, criada pelo governador Aécio Neves.

E nós começamos, então, a construir em Minas Gerais uma estrutura, em que V. Exa., juntamente com o deputado federal Lincoln Portela, tiveram papel fundamental. Trata-se de uma estrutura de tratamento que foi montada e culminou no Aliança pela Vida. Aprendemos durante esse tempo que não apenas o usuário e dependente fica com problemas, a família também sofre com ele. Isso tudo que foi construído, e V. Exa. e seu pai tiveram um papel fundamental, foi destruído. Em algum momento, disseram que era por falta de recurso financeiro.

Mas agora colocam um avião para viajar pelo pelo Estado com apenas duas pessoas dentro. E não há dinheiro para o tratamento do usuário e dependente? Por que é importante o tratamento do usuário e dependente? Primeiro porque é uma questão social, recuperar esses jovens é muito importante. Segundo, porque quebramos as pernas do tráfico de drogas. O tráfico sobrevive por causa da demanda. Temos demanda porque temos usuário e temos dependente. Quando o usuário e dependente é tratado, acolhido, quando sua família é respeitada e tratada com ele, há uma mudança. Mas o programa foi destruído, não há dinheiro para isso em Minas Gerais, porém há recurso para o Estado fazer outras coisas. É inaceitável, não é possível convivermos com essa situação.

Tudo se agrava com a denúncia que o deputado Sargento Rodrigues traz. Há um envolvimento claro do PT, os empresários se beneficiaram e estão sendo denunciados no âmbito da Operação Lava Jato, com envolvimento do grande líder petista José Dirceu, e vemos essas coisas contaminarem Minas Gerais em um momento de dificuldade para a nossa população.

Eu creio que V. Exa. está convivendo com o que eu convivo, com pessoas em busca de trabalho, pessoas querendo trabalhar, enquanto o Estado fica investindo dinheiro para cumprir acordo. V. Exa. conseguiu resumir tudo: acordos para os quais nem a população de Minas Gerais nem nós fomos chamados. Não vamos participar, estamos prontos para fazer mais essa economia para Minas Gerais, como ocorreu em relação à compra das carteiras. O governo passado comprava um conjunto escolar por R\$95,00, e este governo queria comprar por R\$240,00 em Cuiabá, em outros lugares do Brasil. E nós conseguimos deter essa farra. V. Exa. faz



bem, e temos de nos unir à oposição em defesa da população de Minas Gerais. É uma vergonha o que o PT está fazendo nesse acordo com essa empresa aérea.

O deputado Léo Portela* – Obrigado, deputado João Leite. Concedo aparte, por respeito, por consideração, por amor ao debate e ao contraditório, ao líder, deputado André Quintão.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Deputado Léo Portela, quero parabenizá-lo pela contundência, em que pese discordar, democraticamente, de alguns conteúdos. V. Exa. fala da máxima de que não tem almoço grátis. No caso do deputado Sargento Rodrigues, foi levantando o subsídio de 2,4 milhões numa tentativa de estabelecimento de estratégia de voos regionais, uma vez que as grandes empresas do mercado, a aviação comercial não cobre cidades importantes de Minas Gerais, como todos os mineiros sabem, e eu já mencionei algumas delas aqui.

O que dizer, então, dos 2 bilhões destinados à construção da Cidade Administrativa no período em que o governo de Minas se negou a acatar o piso nacional do magistério? Cidade Administrativa construída também por empresas denunciadas nas respectivas operações mencionadas. Então, vou reiterar a minha lógica de debate. Esses processos estão sendo investigados nacionalmente, pelo STF, pela primeira instância, por Curitiba.

Aqui, temos de tratar de política pública. Assim, gostaria – e tenho certeza de que V. Exa. vai concordar comigo – que, em outra oportunidade, este Plenário discutisse a estratégia dos voos regionais para Minas Gerais. Por que somente duas ou três pessoas? Por que havia tanto essa demanda regional, mas, quando o governo apresenta uma estratégia, ela não tem a escala necessária? Gostaria de entrar no debate de conteúdo, sem prejuízo de investigação da denúncia – não há problema quanto a isso, até porque está no Regimento que isso será feito, se houver fato determinado e for aprovado pela maioria dos deputados, embora no período anterior, dos governos anteriores, parecesse haver no Regimento um artigo proibindo CPIs. Mas, nesse caso, eu queria entrar no debate de conteúdo.

Para terminar, deputado, com a permissão do deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. disse, corretamente, que há uma greve nacional convocada pela CNTE contra a reforma da previdência. Em Minas, o governo já assinou o acordo e, antes da atualização, estava pagando o piso nacional, ainda que nos falte acertar dois ou três meses retroativos. Agora, como o governo federal atualizou esse valor, temos de atualizá-lo também no Estado. Mas Minas Gerais está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a reivindicação dos professores é absolutamente legítima – até porque o Estado reconhece o piso nacional –, mas agora a discussão é também jurídica. Assim, estamos em diálogo com o Sind-UTE e suas lideranças, e é interesse do governo chegar a um bom termo, porque, do ponto de vista da conquista histórica dos professores, não podemos rasgar o piso. Reitero que o piso já está sendo praticado em Minas Gerais; estamos falando apenas de uma atualização. Mas respeito a posição de V. Exa. e sei que o debate aqui será feito de maneira fraterna e tranquila.

Por fim, desculpe-me, deputado Sargento Rodrigues, a quem também respeito muito, mas, se for para fazermos uma CPI sobre os R\$2.000.000,00 do voo regional, por lógica, teríamos de fazer também uma CPI para apurar os R\$2.000.000.000,00 da construção da Cidade Administrativa.

O deputado Léo Portela* – Para encerrar a nossa exposição, é preciso que você que nos assiste de casa saiba da verdade. A Cidade Administrativa teve um custo de R\$900.000.000,00. E você vê a Cidade Administrativa. Você vê que ela funciona, que os servidores públicos estão ali e que ela trouxe economia para a máquina pública, pois o Estado deixou de gastar com aluguéis. Agora, o avião que não decola e, mesmo assim, é pago, para que o dinheiro vá para o bolso daqueles que fizeram acordos com o PT, isso, você não consegue entender. Você, que nos assiste de casa, pense, pois isso é lógica: a Cidade Administrativa funciona, você a vê e ela é um patrimônio de todos os mineiros; o avião que não decola, mas é pago por você, dá dinheiro para o pagamento de acordos espúrios com o Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**TRANSCRIÇÃO****BALANÇO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NO BIÊNIO 2015-2016**

Relatório transcrito nos anais em atenção ao Requerimento Ordinário nº 2.710/2016, da Comissão de Minas e Energia, publicado no *Diário do Legislativo* de 13/12/2016, disponível no link a seguir: <<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/124/610/1124610.pdf>>.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Paula Silvestre dos Reis Oliveira, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

exonerando Samy Chafic Abou Jaber, padrão VL-46, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando José Paulo de Carvalho, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Rondinelli Ferreira dos Santos, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

TERMO DE CONTRATO Nº 17/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCBV – Engenharia e Desenvolvimento Empresarial Ltda. – ME. Objeto: prestação de serviços de consultoria em isolamento e tratamento acústico. Vigência: 6 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: dispensável, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 17/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Air System Engenharia Ltda. – EPP. Objeto: fornecimento de equipamentos de ar-condicionado, com instalação. Objeto do aditamento: alteração do prazo para entrega e instalação dos equipamentos e previsão de possibilidade de pagamento fracionado. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 23/2/2017, na pág. 36, onde se lê:

“Lavater Pontes Neto”, leia-se:

“Lavater Pontes Júnior”.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/3/2017, na pág. 19, onde se lê:

“Analia Charliane Oliveira Meireles”, leia-se:

“Analia Charliane de Oliveira Meireles”.